



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP

1. Restituídos os autos, verificada pendência quanto a documento de habilitação.
2. Irregular a empresa junto à Fazenda Municipal (Condição 11.1.4.d do Edital), o Pregoeiro retornou à Sessão Pública, para conclamar a licitante habilitada a regularizar a pendência, na forma prevista na Condição 11.16.
3. Em resposta, a licitante desincumbiu-se da obrigação, ao encaminhar ao *e-mail* do Pregoeiro (1842306) a prova de regularidade fiscal junto ao município em que está sediada a empresa (1842325).
4. Conferido o fôlio apresentado no *site* da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, foi aberto o prazo para registro de intenções de recurso, o qual transcorreu *in albis*.
5. Nada mais havendo, o Pregoeiro encerrou a sessão e promoveu a adjudicação do objeto à vencedora, na forma da Ata e do Termo lavrados e ora juntados (1845286 e 1845288, respectivamente).

É o Relatório.

À Assessoria Especial da Diretora-Geral, para apreciação e encaminhamento para decisão/homologação.



Documento assinado eletronicamente por **Marconni Rodrigues de Alcântara Santos, Técnico Judiciário**, em 18/02/2022, às 09:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1845307** e o código CRC **4CA96BAC**.